

CASSIANO RICARDO E JORGE AMADO: A LITERATURA COMO ESPAÇO DE APOIO E OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO

Cristina Dias Malveira,
mestranda em História pela Universidade Estadual de Montes Claros,
crismalveira@gmail.com

Este trabalho, cuja natureza está orientada para o estudo de projetos voltados para a identidade nacional e processos políticos, pretende discutir especificamente as militâncias políticas e os projetos de nação dos literatos Cassiano Ricardo e Jorge Amado nos espaços da literatura e da imprensa durante a chamada era Vargas. A imprensa e os textos literários, outrora relegados apenas às análises de profissionais da Letras, Antropologia e Ciências Sociais, têm a possibilidade de também contribuir para a produção historiográfica. Portanto, realizamos uma análise que propõe pensar o literato para além do seu texto, em outros espaços eles também desenvolveram seus projetos. Neste sentido, a perspectiva do autor Raymond Williams é de grande relevância para esta pesquisa. Procurando superar o paradigma da obra de arte como um refúgio inalcançável e alheio às questões sociais, Williams mostra que a literatura não só reproduz os sentidos criados, mas também os produz e modifica. Portanto, é sumariamente necessário para a pesquisa pensar e problematizar os caminhos escolhidos e percorridos pelos autores e os diversos espaços em que construíram seus projetos de nação. A literatura dos autores não se encontra apenas nas páginas escritas por eles, criam sentido para a investigação da história na medida em que a pensamos unida à vida e aos conflitos sociais do tempo daquele que escreve. Assim, a imprensa colabora para alcançarmos a profundidade de investigação. O jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, no qual contribuiu Cassiano Ricardo e o jornal *O Imparcial* da Bahia no qual escreveu Jorge Amado, foram fontes fecundas para a pesquisa, além do romance *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado e o livro de poemas *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo. Desta forma, no que diz respeito a essa pesquisa, tendo como recorte temporal os anos de 1940 a 1943, questionamos como as práticas políticas dos autores supracitados influenciaram as criações literárias de maneira a levarem a formulações de diferentes ideias de nação. Desse modo, o presente trabalho tem o objetivo primordial realizar algumas ponderações sobre esses projetos, analisando as fontes da imprensa e da literatura de forma conjunta, observando possíveis diálogos entre elas, bem como observar as interações entre a Literatura e a História, pensando sob novos aspectos a ditadura estado novista.

Palavras-chave: Poder, Literatura, Identidade.

1. INTRODUÇÃO

As discussões que envolviam a literatura, na conjuntura histórica anterior à 1950, legitimavam um paradigma que definia a obra de arte como uma espécie de refúgio alheio

às questões sociais, e, de forma geral, a cultura como algo erudito e inalcançável pelas pessoas comuns. O crítico literário e estudioso da linguagem, Raymond Williams, procurou superar tal paradigma em suas obras escritas entre o final da década de 1950 até o período de sua morte, 1988. Podemos citar o exemplo de *Cultura e Sociedade* (2011), pesquisa na qual Raymond Williams critica a visão que se tinha da obra literária. Na sua obra *O campo e a cidade* (1989), Williams reforça essa crítica à arte como refúgio, analisando as diversas respostas dadas pelo universo literário para as demandas de uma sociedade inglesa que transformava o campesinato tradicional em capitalismo agrário.

De forma geral, Williams mostra ainda que a literatura não só reproduz sentidos criados, mas também os produz e os modifica. Nesses dois escritos é possível perceber que o autor considera o pensamento de vários literatos, mostrando o quanto havia mais sentido a obra quando a pensamos unida na própria vida e aos próprios conflitos sociais do tempo daquele que a escreve.

Este é o nosso ponto de partida para o diálogo com a literatura. Não a considerar apenas como texto, mas como um projeto do autor e, como projeto, observá-lo em estreita relação com as práticas e experiências do autor, isto nos permite o entendimento da relação política complexa que a obra de arte, no caso, o livro literário, pode nos revelar. A história, em seu diálogo com a literatura, não deve apenas ser “um pano de fundo”, uma contextualização e por seu lado, a literatura é mais do que um texto de entretenimento. Como afirma Williams (WILLIAMS, 2011, p. 172), a relação do projeto intelectual com sua formação é sempre decisiva e não deve haver a sua separação assim podemos entender os conflitos em uma maior profundidade e dimensão.

A partir destas considerações, podemos analisar os literatos a começar pela quantidade de experiência no campo da Literatura. O literato Cassiano Ricardo chega aos anos de 1940 como um consagrado escritor da Academia Brasileira de Letras. A tendência predominante dos anos 1930 foi adquirida e reproduzida por ele: a análise social e o questionamento dos problemas brasileiros, possuindo como modelo referencial a obra histórica sociológica de Gilberto Freyre. Segundo Antônio Candido (2006), os ensaios desse gênero se multiplicaram na década de 1930 com intensa pesquisa e interpretação do país (CANDIDO, 2006, p 132).

Enquanto Cassiano Ricardo publica seus poemas, enfatizando a epopeia dos bandeirantes paulistas, inserindo nesta narrativa a origem da brasilidade, Jorge Amado lança seu primeiro livro, *O País do Carnaval*, em 1931. Segundo a análise de Eduardo de Assis, o autor já em seus começos, revela o pendor para construções identitárias, mas dá se conta de sua impossibilidade enquanto formulação harmônica e integrada (DUARTE, 2002, p. 54). Na década de 1930, Jorge Amado explora a discussão dos problemas sociais, especialmente na região nordeste. O seu romance *Capitães da Areia*, que conta a história de vida de meninos de rua é um exemplo enfático do conflito social presente em sua literatura. Este romance foi publicado editora José Olympio, em 1937, foi apreendido e incendiado pelo governo de Getúlio Vargas, enquanto isso, Cassiano Ricardo, neste mesmo ano, ingressava como ocupante da cadeira número 31 da Academia Brasileira de Letras. As divergências com o governo levam Jorge Amado ao exílio em 1940, período em que escreve o romance biográfico *O cavaleiro da Esperança*, que conta a trajetória de Luiz Carlos Prestes, líder comunista que se encontrava preso pelo governo Vargas.

2. CASSIANO RICARDO E A MARCHA PARA O OESTE

Em 1940, a participação dos literatos nos jornais era abundante e significativa. O momento mostrava, porém, uma progressiva profissionalização do jornalismo, noticiada pelo jornal A Manhã, que sempre trazia textos sobre as decisões tomadas na ABI (Associação Brasileira de Imprensa). O jornal A Manhã, inclusive, mostra grande preocupação na avaliação dos colegas do jornalismo. Por várias edições que se seguem à sua estreia, observa-se artigos que denotavam o interesse do jornal em se fixar como órgão de importância na imprensa brasileira, trazendo por diversas vezes o mesmo título “ O aparecimento do A Manhã”, nestes artigos era comum que o jornal transcrevesse o comentário dos colegas da imprensa (A Manhã, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1941, p2).

A 6ª página do jornal expõe as favelas como um problema a ser resolvido, bem como a construção de casas baratas para operários. O jornal procurava, por meio da política assistencialista, enquadrar os operários que chegavam do interior em um modelo

de cidade (A Manhã, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1941, p.6). Nesta mesma edição, o jornal propõe uma comparação dos mocambos de Recife com as favelas do Rio, estes textos são recorrentes, colocando ambos como um problema das cidades brasileiras que precisava ser resolvido. Estes artigos comumente apareciam nas mesmas edições, juntamente com a “Campanha de urbanismo e moralização”, campanha realizada contra os mocambos de Recife no sentido de moralizar a população que possuía esse tipo de abrigo e que envolvia também a “conservação” e a “defesa” das populações desprotegidas. Neste sentido, surge a Liga Social Contra o Mocambo: “ (...). Assim está em execução no Recife uma obra de saneamento, que é ao mesmo tempo social e urbanista, e fazemos votos para que ela possa ir cada vez com maior entusiasmo para diante, cada vez mais perfeita nos frutos que dá. ” (A Manhã, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1941, p.4).

A higiene da população e a inserção em hábitos “de cidade” era frequente neste espaço do jornal, o que podemos observar em artigos como o intitulado “ Não cuspa no chão” (A Manhã, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1941, p.6), inserido nesta mesma página 6, parte do jornal que era destinada especificamente aos trabalhadores. O artigo relaciona o hábito de cuspir no chão com o contágio da tuberculose, e o jornal ainda menciona: “ (...) lembremos que em todos os países é entre as classes trabalhadoras que a mortalidade tuberculosa atinge índices mais elevados (...) Se, em qualquer parte, escarrar no chão é falta de educação, no ambiente de trabalho é um crime” (A Manhã, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1941, p 6). Ou seja, era imprescindível que os trabalhadores mudassem seus hábitos, para se enquadrar no padrão de civilização esclarecida. Neste sentido, a “medicina social” como era o nome da coluna desta página, procurava informar os cidadãos trabalhadores e alertar que os riscos de uma conduta diferente da ensinada.

O jornal sai em defesa de uma sociedade organizada, que não poderia permitir a existência de algo que destoasse do seu molde de cidade. As propagandas e anúncios, combinavam, naturalmente, com o que era defendido por estas colunas, incentivando o uso da energia elétrica e do telefone.

O autor Benedict Anderson (2008), que trabalha o jornal e a literatura como meios técnicos de imaginar uma comunidade, observa que não é por mero capricho que as

informações são justapostas de uma maneira ou de outra (ANDERSON, 2008, p.65). Para Anderson, a nação é uma comunidade imaginada, porque por menor que seja, os seus membros jamais se conhecerão plenamente, a parte disso, eles têm a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p. 32). Assim, o jornal e a literatura, de certa forma, ligam as pessoas promovendo uma integração, duradoura, como pode ser por meio da literatura, mas momentânea, porém, eficaz, por meio do jornal. Eficaz porque, o jornal, diferentemente do texto literário atinge um maior número de pessoas em um menor tempo, apesar de ser mais efêmero enquanto texto.

Podemos observar na primeira página do jornal A Manhã, de 1941 uma coluna chamada: Notícias de todo o Brasil, na qual o jornal oferece informações de várias cidades brasileiras como Salvador, Vitória, Santos, Porto Alegre e outras cidades maiores, mas também as cidades do interior são contempladas pela coluna, como Montes Claros (A Manhã, Rio de Janeiro 16 de agosto de 1941 p.1). No alto do jornal temos a data e dia da semana, oferecendo um vínculo imaginário de cronologia que liga todas estas cidades. A coluna, de certa forma, resume a essência do A Manhã, de ligar o país, de confraternizar por meio da notícia, que era compartilhada, de mostrar aos brasileiros que o jornal, órgão do Estado, apesar de se localizar fisicamente no Rio de Janeiro, zelava por todos por meio do conhecimento dos problemas das mais distantes cidades. Os assuntos da coluna variavam muito, falavam desde economia e política a eventos culturais e esportivos. As ações do Estado nestas diversas cidades eram também relatadas, uma resposta aos problemas noticiados, bem como as solicitações dos prefeitos e sindicatos.

No jornal, Ricardo também utiliza a História para elaborar um pensamento de unidade das raças, o verdadeiro povo brasileiro, que segundo ele, apoiaram D. Pedro quando este dissolve a constituinte e recusa as ideias liberais

Quando dissolve a constituinte, podia estar agindo anti-liberalmente mas não anti-democraticamente, porque ‘dissolveu uma assembleia medíocre’. O povo até legitimou, aplaudindo-o, o ato de força, de prudência, de sabedoria do governo imperial: gostou de ver os granadeiros de S. Cristóvão botar pra fora da Cadeia Velha os representantes das províncias, que ‘não inspiravam sequer sentimento de consideração’. A Constituição outorgada por d. Pedro I era muito superior, e hoje ninguém mais duvida disso, à que a Assembléia parolante e palradora estava elaborando. É ele o primeiro imperador, notam os seus biógrafos, que tem a coragem de proclamar a soberania popular ‘quando ainda ninguém ousara tamanha transformação no domínio do direito público’. Além disso, na Constituição outorgada criou-se o instituto, já então original do

poder moderador, que viria representar, na época, um grande passo para o fortalecimento da autoridade na realização da democracia. (A Manhã, Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1941, p.4)

A utilização da História para legitimação das propostas é persistente, o jornal chega a criar uma coluna chamada Perguntas Brasileiras. Apesar de breve, e se localizar no canto da página, essa coluna já aparecia logo no início do jornal. Ela era necessária para que o leitor se sentisse parte do jornal. Como explica Lenharo (1986), o governo deveria confeccionar uma realidade “operação esta que se transfigurava em algo agradável, colorido, sonora, emotivo, sentida” (LENHARO, 1986, p.54). Destarte, tal como o jornal explica, a coluna funcionaria de forma que o leitor pudesse enviar perguntas para a redação do jornal questionando sobre a história do Brasil, na edição seguinte estas perguntas seriam respondidas diariamente por um grupo de historiadores, “alertando a memória da nossa gente sobre os fatos mais interessantes da vida brasileira” (A Manhã, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1941, p.2), porém, nas edições não há qualquer menção ao nome dos autores das perguntas ou dos historiadores que as responderam. De qualquer forma, a coluna se configura como uma estratégia do jornal de prender a atenção dos leitores que acompanhariam a visão do periódico sobre a história do Brasil.

O jornal toma a história do Brasil como ponto de partida para elaborar um diagnóstico do presente e atribuir papéis sociais. Por este raciocínio se, por um lado, a coluna Notícias de todo o Brasil resumia a intenção do Estado de parecer onipresente e a coluna Perguntas Brasileiras procurava chamar a atenção do leitor para a versão do jornal sobre a história do Brasil, por outro lado, a coluna Marcha Para o Oeste apresentava o projeto do Estado Novo para o interior. De maneira geral, este projeto visava levar os “benefícios” e “civilização” do litoral aos lugares mais longínquos e, na visão do Estado, aproveitar os recursos existentes em tais lugares para o bem da nação. Tal visão não permanece restrita à coluna, porém, Marcha para o Oeste, que era geralmente publicada na página 8 do jornal, explora alguns detalhes desse projeto.

Marcha para o oeste não é uma simples frase. É a síntese da moderna política que o presidente Getúlio Vargas inaugurou. O chefe do Estado Nacional, criador e condutor do novo regime, compreendeu os erros das antigas diretrizes administrativas. A civilização de fachada, que o admirável sociólogo dos “Sertões” condenava, não era certamente, a que convinha aos interesses do Brasil. Tornava-se urgente abandonar o comodismo da cidade e voltar à fase heroica dos primitivos desbravadores para fortalecer a raça e consolidar a

riqueza do país. O presidente não quis apenas falar. Mostrou também, penetrando o sertão, afim de examinar de perto todos os problemas, que sentia a verdadeira alma brasileira. (A Manhã, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1941, p.8).

Além de relatar as viagens do presidente ao interior e as ações do projeto, esta coluna enfatizou por um ano o sentido de levar ao interior o “conforto que a civilização exige” (A Manhã, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1941, p.9). Neste sentido a repetição ajudaria na cristalização da memória e estimularia a produção de necessidades imediatas, como por exemplo, a ideia de que não haveria crescimento do país se o interior não se enquadrasse na lógica apresentada. Para Cassiano Ricardo era importante que o jornal mostrasse que esta moderna política liderada por Vargas possuía um sentido patriótico e, tal como o bandeirantismo apontado por ele, desbravar o sertão

Sentindo a necessidade de integrar no Brasil a gente do interior, o presidente Vargas deu a ordem de Marcha para o Oeste. Essa marcha tem o mesmo sentido heróico das bandeiras e, mais do que isso, o sentido humano altruístico, qual o dessa integração das populações sertanejas esquecidas nos rincões das matas espessas, à comunhão nacional. Por si só representa um programa de governo (A Manhã, Rio de Janeiro 13 de agosto de 1941, p.8).

O autor do texto da coluna — que raramente era assinada pelo Cassiano Ricardo, embora percebamos nitidamente as orientações do mesmo no texto — cita o próprio autor de Martim Cererê para reforçar sua fala:

Mas, se o novo regime sob o ponto de vista cultural, representa um vitorioso esforço de autenticidade —depois de um século de contínuas deformações políticas—de contínuo desencontro entre o legislador e a realidade nacional, não pôde ele agora deixar de instigar a função social da inteligência, mobilizando todos os nossos valores intelectuais para a retomada do espírito bandeirante e fixação de um estilo de vida que mergulhe suas raízes profundas na história brasileira. É que no heroísmo das bandeiras está a grande epopeia da pátria, cujos os primeiros não deveriam, tão cedo como fizeram, ter parado aquela conquista dos sertões intermináveis do interior do Brasil. Foi esse o movimento que marou as balizas da nacionalidade lá, tão longe, que a gente fixada no litoral mal suspeitava da vastidão intérmina das terras feracíssimas. (A Manhã, Rio de Janeiro 13 de agosto de 1941, p.8).

Nesta fala, Cassiano Ricardo não apenas coloca o projeto do governo como uma continuidade do que ele denomina de heroísmo bandeirante, como também convoca seus pares a participar de tal projeto fazendo um apelo para a função social da intelectualidade que, gozando dos benefícios proporcionados pelo regime, em troca, teria a função de colaborar nesta “epopeia”, convencendo e mediando o processo de “desbravamento do

sertão”. Seria de competência dos intelectuais explicar os motivos, por exemplo, do histórico antagonismo entre litoral e sertão. Em texto não assinado, a intelectualidade do A Manhã toma a frente nesta questão. Para eles, a raiz do problema se encontra nos governos passados, tanto no Império quanto na República, sendo que apenas a voz de José Bonifácio defendia os sertanejos. Segundo o texto, por falta de investimento o interior estava abandonado e “ Os brilhantes feitos do tempo colonial, desenvolvidos e levados a termo com os recursos primitivos de que o país dispunha, deixaram de dominar o espírito dos governos e do próprio povo, descrentes da riqueza da terra” (A Manhã, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1941, p. 9). As atividades econômicas se concentraram nas cidades do litoral e algumas cidades mais povoadas do interior. Para eles, isso fez com que a “civilização” não se embrenhasse para os lugares mais distantes e separasse culturalmente em dois o país “ A gente sertaneja, sem apoio de espécie alguma, sem política, sem higiene, sem escola, permaneceu no analfabetismo” (A Manhã, Rio de Janeiro 15 de agosto de 1941, p.9) e conclui “ Felizmente, hoje, o remédio já está sendo aplicado. As escolas multiplicam-se por todos o país, a vida econômica eleva-se e pela criação e as garantias do trabalho aí estão no seu pleno andamento, nesta fase de renovação substancial do nosso progresso. ” (A Manhã, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1941, p. 10). A coluna de estatística localizada na página 6 deste periódico, contribuía para convencer o leitor dos avanços numéricos em relação à educação (A Manhã, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1941, p.6)

Ao longo das edições, a coluna Marcha para o Oeste mostra alguns exemplos de cidades do interior que, já com o projeto em desenvolvimento, mostrava que estava alcançando os padrões de “civilização” que o Estado Novo propunha. A coluna cita o exemplo de Campina Grande, tratada como “capital do Nordeste” onde “ o sertão está desaparecendo, no contato diário da civilização que avança vertiginosamente, vencendo todos os obstáculos. ” (A Manhã, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1941, p. 8). A região da Amazônia foi citada repetidamente pela coluna Marcha para o Oeste. Para os apoiadores do projeto, como o interventor Azevedo Amaral, as metrópoles seriam como ilhas entremeadas de espaços vazios, estas ilhas estariam de acordo com o clima renovador de desenvolvimento social e econômico e os padrões de vida, seriam locais

“onde já entraram, como conquista de nosso grau de cultura, os modernos processos de ciência, de saneamento, de educação, de transportes e todo o complexo de fatos que constituem o substrato da civilização” (A Manhã, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1941, p.9). O Oeste termina quando não houver diferenças entre o modo como se vive nas cidades e o modo como se vive no interior. Era preciso então levar para o interior a “civilização” do litoral. Para eles, o oeste destoava da nação, era preciso apaciar as divergências que poderiam surgir, inclusive politicamente, por meio do “conforto da cidade”. A marcha para o oeste era para eles de profundo tom patriótico, pois desejavam acabar com essa fronteira, essa divisão entre litoral e sertão, por meio de uma homogeneização dos padrões de vida que, por sua vez, modificou o modo de vida das pessoas de diversas localidades do Brasil, inclusive podemos pensar na mudança no modo de enxergar a si mesmas.

3. JORGE AMADO E A MARCHA PELO OESTE

A partir da sua experiência vivenciada na década de 1930, Jorge Amado não consegue conceber a “arte pela arte” e o intelectual alheio às desigualdades e injustiças sociais. Para ele, neste momento, era mais importante abrir mão do reconhecimento perante seus pares, por exemplo, a sua não participação na Academia Brasileira de Letras, do que deixar de denunciar a ditadura varguista. Enquanto que, do ponto de vista de Cassiano Ricardo e outros intelectuais que apoiaram o governo, era possível a combinação de interesses com grandes lucros para a intelectualidade, Jorge Amado não poderia pensar da mesma forma, pois suas opções políticas não permitiam. Para Jorge Amado, na década de 1930 surgiu uma literatura que, ao contrário do Modernismo, era voltada para as realidades sociais. Ele cita como parte dessa literatura os autores Raul Bopp e Pedro Motta Lima, além dele mesmo, mas ele argumenta que, com o fracasso da insurreição de 1935 e a consequente prisão de Prestes, há a paralização dessa literatura e logo

A implantação do Estado Novo em 1937 traz o suborno como arma política. A compra de uma literatura. Os escritores mais nobres silenciam, impedidos de falar. Outros se vendem. Outros ainda se limitam, abaixam a voz numa última tentativa de dizer alguma coisa. Quando Prestes deixar a prisão, libertado pelo

povo, e as massas brasileiras voltarem à rua, esse movimento literário voltará à vida, renascerá com certeza com maior força e já com uma imensa experiência literária, sobrepujadas as suas falhas, vencidos seus erros. (AMADO, 1981, p.17)

Jorge Amado coloca então Prestes como guia não só do povo, mas ainda de um grupo de literatos que foram silenciados pela ditadura, se coloca como soldado de Prestes, pois ainda adolescente havia tomado conhecimento “de seu nome lendário”, foi uma das figuras que encheu sua adolescência “E encheria depois minha vida política, seu soldado que fui na Aliança, e que ainda sou hoje, minha maior honra” (AMADO, 1981, p.17). A parte seu amor e admiração por Prestes, Jorge Amado expõe que esse não é o maior dos motivos de ter escrito o livro e sim o seu amor pelo povo, a sua preocupação com o povo (AMADO, 1981, p.17).

Portanto, a posição de Jorge Amado em seus romances da década de 1930, estoicamente contrário à política que se impunha, o leva ao exílio na Argentina e Uruguai em 1940, ambiente no qual o autor escreveu *O Cavaleiro da Esperança*, romance que possuía “o objetivo fundamental de servir à causa da anistia aos presos (e exilados) políticos” (AMADO, 1981, p.3), e contava a história do líder da esquerda brasileira Luís Carlos Prestes que, no início de 1940 se encontrava ainda preso pelo governo de Getúlio Vargas. A obra foi lançada em 1942, circulando no Brasil de forma clandestina na sua versão em espanhol. Zélia Gattai, que se tornaria esposa de Jorge Amado, conhecendo-o em 1945, quando lutaram juntos pela anistia dos presos políticos, cita em depoimento a sua experiência de leitura: “Paulo Mendes conseguiu um exemplar, me emprestou e eu, sem nunca ter falado nem lido espanhol, li o livro todo traduzindo para mamãe. Admiradora de Jorge Amado, assombrada ao ver meu desembaraço na tradução, de vez em quando mamãe me interrompia: -Você está inventando... nunca falou espanhol... como é isso?” (GATTAI, 2002, p.14).

No momento em que circulava a edição em espanhol do romance, Jorge Amado já possuía, então, o capital simbólico suficiente, pelo menos dentro do grupo ao qual pertencia, para valer a pena aos seus leitores buscar o conhecimento da narrativa mesmo esta não podendo ser publicada em português. Em outras palavras, ele possuía os recursos eficientes dentro do campo intelectual, ou o conjunto de qualidades intelectuais

adquiridas, que permitiu em certa medida, a liberdade para falar sobre a nação. Com livros publicados, participação em movimentos intelectuais, Jorge Amado, assim como Cassiano Ricardo, possuía então, autoridade para ser ouvido e reconhecido¹.

Dentro do livro Jorge Amado estabelece um sistema de convencimento, marcado por repetições, ausências, associações e criação de personagens instigam o leitor a ler toda a história. Como em outros romances, a exemplo, ABC de Castro Alves, observa-se uma particularidade na técnica que podemos denominar de simultaneidade, convenção esta já definida em relação ao romance e também ao jornal, pelo autor Benedict Anderson. Anderson analisa tal sistema de simultaneidade por meio dos romances ao “velho estilo”, como os de Balzac, que, para ele, possuem um mecanismo para apresentar a simultaneidade em um tempo vazio e homogêneo (ANDERSON, 2008, p.55). Ele exemplifica que, em uma história na qual alguns personagens, apesar de não se encontrarem, mantem ligações entre si, pois participam de sociedades que são entidades sociológicas de uma realidade tão sólida que podemos imaginar tais personagens, que não se encontram de fato, caminhando na rua sem se conhecerem, mas mantendo ligações entre si. O leitor, que os vê a maneira de Deus e, apenas ele, sabe das ligações entre os personagens e todos os momentos da trama que nem todos os personagens conhecem. Para Anderson, esta é uma analogia exata da ideia de nação que, por sua vez é também uma comunidade sólida percorrendo a história “Um americano nunca vai conhecer, e nem saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea entre eles.” (ANDERSON, 2008, p. 56-57).

Em Jorge Amado, na introdução ao romance podemos perceber uma personagem de caráter onipresente, tal como o leitor. A “amada” do cais da Bahia, para a qual Jorge Amado conta a história. Ela, negra, pobre, amante, pertencente aos excluídos da Bahia, que se refugiavam no cais, parte do povo imaginado por Jorge Amado:

Vou te contar, amiga, a história dessa luz, dessa estrela, dessa esperança.
Muitas vezes me perguntaste se era Pedro Ivo, se era Tiradentes, se era o negro

¹ Para Bourdieu o capital simbólico é uma das condições que levar ao poder simbólico, ou seja, o poder de mudar grupos estabelecidos ou de criar novos dentro da sociedade. Ver BOUDIEU, 2004, p.166.

Zumbi dos Palmares, alguns dos heróis cantados pelo poeta Castro Alves. Na noite do cais da Bahia, um negro sorria, ele tinha um P tatuado no peito, ele sabia da verdade. ‘Seria um milagre?’, me perguntaste. ‘É um milagre’ te respondi. Um milagre do povo, amiga! Nós que somos vagabundos dos caminhos do Brasil, que o cortamos em todas as direções em todas as conduções, nós temos visto diariamente novos milagres do povo. Aqueles que não crêem no povo são os que não mais crêem na poesia e no heroísmo. E o povo realiza cada dia novos milagres de poesia, novos milagres de heroísmo. (AMADO, 1981, p.9)

Como parte do povo a “amada”, “amiga” “negra”, tal como é chamada pelo autor ao longo do livro integra o leitor à narrativa, ela não possui fala em nenhum momento da obra, configurando-se apenas como ouvinte. No momento em que o leitor inicia a narrativa é esta a posição, o personagem que cabe ao leitor. Esta situação de onipresença, na qual o leitor se torna a “amada” e parte do próprio povo concebido por Jorge Amado, não se refere à um direcionamento restrito da obra do literato, mas a integração de qualquer brasileiro a este povo imaginado por ele.

Desta maneira, já na nota do livro, logo após a parte introdutória, Jorge Amado expõe que no processo de contar a história de Prestes, conta-a com paixão “ este não é e nem pretende ser um livro frio. Não analiso uma figura distante no tempo e distante na minha afeição. Nunca trataria de uma figura que não amasse. ” (AMADO, 1981, p.18). Mas é justamente esta imaginação e parcialidade perante a sua realidade cotidiana, sua experiência transposta no livro que proporciona a reflexão sobre seu tempo. Como argumenta Williams, a literatura não é somente imaginação, juntamente com a imaginação vem a experiência daquele que escreve e seu projeto como autor (WILLIAMS, 2011, p.172). Ademais, Williams ainda observa que as convenções literárias produzem, não só textos literários, mas também ações e relações sociais. Temos que ser capazes de ir além da ideia de que, uma narrativa literária, por não equivaler à um trabalho historiográfico, não pode ser produtiva em sua representação de situações possíveis na sociedade (WILLIAMS, 2013, p. 309).

Em seu romance, Jorge Amado coloca como sinônimo de nação a ideia de povo, que precisava de um verdadeiro herói. Para Jorge Amado esse herói só poderia ser criado pelo próprio povo, tal como estabelece na introdução do romance

Nunca te enganarás, amiga, porque o povo nunca se engana. Ele sabe como é a voz dos seus Poetas, porque é sua própria voz. Ele reconhece a figura de seus Heróis, porque é sua própria figura. Não importa que literatos vendidos se apresentem como Poetas, que o tirano se apresente como Herói. O povo os repele e se afasta deles. Não ouve a voz dos literatos, nem fixa o gesto teatral dos tiranos. Seu coração e seu pensamento estão com o seu Poeta e o seu Herói, sua voz e seu braço. (AMADO, 1981, p.10)

Se por um lado, Amado posiciona Prestes como herói do povo, por outro, ele se coloca como escritor do povo “ Um escritor do povo falando sobre um líder do povo tem sempre a certeza de que fará uma obra útil” (AMADO, 1981, p.18). Para isso, ele se legitima perante o leitor: ele era um escritor do povo, falava pelo povo e estava rodeado por ele “A primeira vez que prometi escrever este livro foi em 1938, num ônibus que ia de Estância a Aracaju, em Sergipe. O chofer havia sido da Coluna Prestes. Fora depois da Aliança. Falávamos de Prestes e ele me perguntou por que eu não escrevia a vida do Herói. ” (AMADO, 1981, p.17). Desta maneira, ele relata que foi a partir de então que começou a sentir a necessidade de escrever sobre Prestes, como uma necessidade do povo.

Este relato transmitido por ele de um chofer “sem nome” torna-se mais importante no momento da nota explicativa do que mencionar o pedido do PCB para que ele escrevesse a biografia do líder comunista, em prol de sua libertação, movimento em que todo o Partido estava empenhado, como mostra correspondências de membros do Partido recebidas por Jorge Amado no exílio². Podemos observar correspondências que relatavam notícias sobre os grupos políticos, assinada por Sergio Sagi e de Pedro Mota Lima, relatando divergências entre os membros da ANL (COELHO, 2016, p.54). Havia correspondências da irmã de Luiz Carlos Prestes, Lygia Prestes, informando que recebera o exemplar da biografia, aproveita a carta para informar de que a situação de Prestes se mantem inalterada (COELHO, 2016, p.55). Também havia entre estas cartas recebidas pelo literato, correspondências abertas do PCB, em uma delas inclusive, se discute o plano

² Torna-se de relevância ressaltar a dissertação de mestrado da pesquisadora Thalita da Silva Coelho, que catalogou cartas, manuscritos e material de um romance inédito de Jorge Amado no exílio, encontrados em uma mala que foi entregue por Jorge Amado a uma militante comunista no momento da sua volta ao Brasil, para não acabar nas mãos da censura brasileira. Esta mala não foi recuperada por Jorge Amado e só começou a ser estudada em 2012, pela equipe do departamento de Letras da Universidade de Santa Catarina. No catálogo feito pela pesquisadora, podemos perceber inúmeras correspondências dos membros do PCB e de outros militantes comunistas estrangeiros para Jorge Amado e suas expectativas em relação à obra que estava sendo feita e sobre a situação política no Brasil em especial dos presos políticos.

para disseminar livros políticos (COELHO, 2016, p.51). Este catálogo de correspondências foi importante no sentido de entender que os escritos de Jorge Amado estavam chegando no Brasil e sendo difundidos como projeto do autor unido ao projeto do PCB.

Jorge Amado então narra o momento da Coluna Prestes caracterizando-a como a “cruzada de heróis pelo Brasil” e “ a maior epopéia da América”, marcha que percorreu 26 mil quilômetros entre 1924 a 1927. Alguns dados são explicados em notas de rodapé, citando autores consultados. Para o literato exilado, foi muito difícil reunir esses documentos, como afirma em carta enviada para o tenente Antonio Bento Monteiro Tourinho em 4 de dezembro de 1941, na qual afirma

Como você deve saber estou escrevendo uma biografia de Prestes. Parece que não vae ser um livro ruim, estou gostando mais ou menos do que já está escrito. Agora acontece o seguinte: a minha maior dificuldade é reunir material aqui. Com esforço filho da puta consegui muita coisa, mas ainda me falta muito material (AMADO apud COELHO, 2016, p.63)

Apesar das dificuldades a obra continuou. Assim, ao longo da narrativa, Jorge Amado afirma que Luiz Carlos Prestes se tornou marxista graças à Coluna, pois conheceu na prática o que as injustiças que o marxismo denunciava. Desta maneira, para o autor a Coluna “trouxe à tona problemas esquecidos, dramas que permaneciam sem solução, desgraças seculares que se abalaram aos passos dos soldados do povo. ” (AMADO, 1981, p.94). Para ele, era uma marcha pelo interior, em ações concretas nas quais o próprio líder trabalhava, e este fato era muito importante, pois mostrava que além de estar ao lado dos que precisavam, Prestes era um herói, porém era humilde, era como as próprias pessoas que ajudava.

Segundo Amado, Prestes não foi para o interior apenas com palavras de denúncia, ele realizou ações para lutar contra as injustiças. Para o literato, o romance biográfico de Prestes serviria, então, para animar as pessoas com o heroísmo de Prestes e da Coluna. A marcha pelo interior teria também dado ao líder do povo o conhecimento verdadeiro e a dimensão das necessidades do país “ Sem a coluna possivelmente Prestes teria participado do levante de 1930 e talvez fosse hoje apenas um general do exército. A Coluna dá-lhe a visão exata do drama do Brasil” (AMADO, 1981, p.97). Jorge Amado passa a tomar a Coluna até mesmo como a única forma possível de surgimento para a Aliança Nacional

Libertadora “ Com a força dos acontecimentos homéricos a Coluna rasga caminhos para a Revolução brasileira” (AMADO, 1981, p.97).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta breve análise, podemos chegar a algumas conclusões a respeito dos projetos dos autores. Por um lado, observamos que, embora defendesse o projeto do governo no jornal *A Manhã*, a essência da produção literária de Cassiano Ricardo, o bandeirante paulista como herói da nação, estava presente para além das páginas do seu livro. O literato conseguiu unir o seu projeto literário com suas expectativas políticas.

Então, observamos uma influência mútua de dois campos, sendo que havia ainda, no momento histórico do início da década de 1940, uma fragilidade do campo literário. Este campo obteve um favorecimento do governo que, para além de cargos públicos, oferecia o reconhecimento dos literatos e demais intelectuais, como organizadores da cidade no empreendimento de Marcha Para o Oeste. Nas mãos desses homens de letras, se encontrava não só o diagnóstico dos problemas sociais, mas para além disso, a fórmula que proporcionaria uma sociedade organizada e os meios para convencimento dos demais cidadãos.

Por outro lado, a reflexão sobre os caminhos escolhidos por Jorge Amado para a sua narrativa, nos permite observar que não foi possível uma homogeneidade intelectual, e que havia brechas no campo político que permitiram a circulação de ideias contrárias a política governista a partir do campo literário e a produção de uma forte literatura de resistência que não se aliou ao projeto Marcha Para o Oeste, de solução para os problemas sociais e indicou uma alternativa baseada na luta política do Partido Comunista. Esta literatura, ao resistir a política vigente cria narrativas que, de forma diferente, enfrentaram e propuseram soluções para os problemas brasileiros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Manhã, Rio de Janeiro, ano I, 1941.

A HORA DA GUERRA. **O Imparcial da Bahia**, Salvador, 1943.

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança: vida de Luiz Carlos Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **Espaço social e poder simbólico**. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

COELHO, Thalita Silva. **Entre esparsos e inéditos: a mala de Jorge Amado (1941-1942)** dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de comunicação e expressão, Universidade Federal de Santa Catarina.

DUARTE, Eduardo Assis. **Aquarelas do Brasil: margens da identidade nacional na ficção de Jorge Amado**. In: BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINI, Ligia (orgs.). **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002.

GATTAI, Zelia. **Um baiano romântico e sensual: três relatos de amor**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2ed. Campinas: Papyrus, 1986.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **O futuro dos Estudos Culturais**. In: _____. **A política do Modernismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **A política e as letras: entrevistas da *New Left Review***. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. **Região e classe no romance**. In: _____. **A produção social da escrita**. São Paulo: Unesp, 2014.

